



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

TERMO DE REFERÊNCIA
PLANO/SEGURO ODONTOLÓGICO CREA-SC

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento o credenciamento de Operadora de Plano de Assistência à Saúde, nos termos da Lei nº 9.656/1998, incluindo as cooperativas que operam os Planos Privados de Assistência à Saúde, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração, interessadas na oferta de Plano ou Seguro por Adesão de Assistência Odontológica aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea-SC, bem como aos empregados do Conselho, visando exclusivamente o interesse público na concessão de benefícios e sem estabelecimento de qualquer ônus financeiro a esta Autarquia.

1.1.1. Não haverá quantidades mínimas e/ou máximas do número de credenciadas, ficando à livre escolha do beneficiário direto a seleção do contratado da prestação, dentre as pessoas jurídicas credenciadas.

1.2. O objeto a ser ofertado pelas empresas credenciadas deve se enquadrar no conceito de Plano Privado de Assistência à Saúde Odontológica, definido no inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.656/1998, de prestação de serviços continuada, a preço pós ou pré-estabelecido. Os procedimentos serão prestados por profissionais livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada ou referenciada livre pela empresa credenciada:

I - Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
*integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso
ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor;*

1.3. Os produtos ofertados (plano ou seguro) deverão estar devidamente registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

1.4. As pessoas jurídicas interessadas e devidamente credenciadas nos termos deste Termo de Referência e do Edital de Chamamento Público respectivo prestarão os serviços diretamente aos profissionais/empregados do Conselho, com isso o Crea-SC não se responsabilizará por nenhum pagamento ou insolvência de crédito de seus registrados/empregados junto à empresa credenciada. No caso de qualquer forma de inadimplemento por parte dos beneficiários do presente instrumento, a credenciada deverá utilizar-se dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus ou responsabilidade de intermediação ao Crea-SC.

1.4.1. O objeto deste Termo de Referência não envolve a entrega de produtos ou serviços diretamente ao Crea-SC, mas sim aos beneficiários vinculados ao Conselho. A entrega consiste na disponibilidade e manutenção de descontos especiais oferecidos por empresas credenciadas aos beneficiários, conforme as condições acordadas no processo de credenciamento.

1.5. O credenciamento não obriga o Crea-SC a contratar ou disponibilizar às suas expensas o plano/seguro aos profissionais e empregados do Conselho.

1.6. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório a este Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência:

2.1.1. A presente contratação se fundamenta nos artigos 6º, XLIII, 74, IV, e 79, II, da Lei nº 14.133/2021; nos artigos 3º, II, e 6º, do Decreto nº 11.878/2024; e no artigo 57 do RILC do Crea-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

2.1.2. Ademais, é necessário enfatizar que a implantação de assistência médico hospitalar (dentre outras modalidades), credenciados/contratados através de contratos de parceria ou convênios aos profissionais registrados em Conselhos de Fiscalização Profissional, já foi objeto de exame pelo Tribunal de Contas da União - TCU, o qual, conforme acentua o Acórdão nº 2609/2019 – TCU – Plenário, concluiu pela sua regularidade enquanto ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do ente ou constitui ilegalidade. Nesse sentido, vale transcrever parte do referido julgado:

ACÓRDÃO Nº 2609/2019 - TCU – Plenário

*VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possível ilegalidade ocorrida no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG), relacionada ao Clube de Benefícios ofertados aos profissionais regularmente inscritos; Considerando o relato de que o CRMV/MG, sob a denominação de Clube de Benefícios, oferta serviços de assistência médico-hospitalar (planos de saúde), seguros de responsabilidade civil, entre outros, mediante contratos de parceria ou convênio, fora das atribuições legais dos Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas, que violam o princípio da legalidade e interferem na organização sindical; Considerando que o denunciante requer que o Tribunal determine que o CRMV/MG se abstenha de firmar convênios e parcerias fora dos parâmetros e das finalidades dispostas em lei; bem como que descredencie e revogue todos os atos relacionados ao Clube de Benefícios, informando às empresas fornecedoras que a entidade competente para firmar tais convênios/parceria é o sindicato; Considerando que a denúncia preenche os requisitos de admissibilidade aplicáveis; Considerando que o exame sumário dos benefícios oferecidos (Plano de Saúde Unimed-BH com a operadora Aliança, Seguro de Responsabilidade Civil com a Unimed RCP Individual e Plano de Previdência Privada com o BrasilPrev do Banco do Brasil) não revelou, em princípio, ilegalidade; Considerando que, conforme exposto pela SecexTrabalho, **pesquisas na jurisprudência do TCU não demonstraram ser prática ilegal a oferta desses tipos de benefícios a profissionais inscritos em conselho; Considerando que diversos conselhos de regulamentação profissional oferecem semelhante***

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC
clube de benefícios/serviços/vantagens a seus profissionais registrados, como maneira de valorizar os inscritos; *Considerando que os mesmos serviços também podem ser oferecidos pelos sindicatos e associações de profissionais, cabendo a essas entidades a negociação sobre as vantagens a serem ofertadas aos profissionais;* **Considerando a conclusão da unidade técnica de que não há normativo que proíba ou autorize o CRMV/MG a oferecer o Clube de Benefícios a seus profissionais devidamente inscritos, caracterizando, portanto, ato de gestão discricionário que não interfere na finalidade do Conselho;** *Considerando que a denúncia não relata qualquer irregularidade na concessão dos benefícios pelo CRMV/MG, mas se insurge contra a mera disponibilização dos serviços; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em: a) conhecer da presente denúncia, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente; b) dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica que o fundamenta (peça 6), ao denunciante e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV/MG); c) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos, inclusive no que se refere à presente deliberação; e d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar a matéria novamente em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida. (grifo nosso)*

2.1.3. Conforme apresentado acima, a Corte de Contas da União não verifica qualquer indício de irregularidade na disponibilização destes serviços aos profissionais inscritos, ao revés, apresenta-se como ato de gestão discricionário e medida de valorização de sua categoria.

2.1.4. Não bastasse a justificativa acima, é necessário enfatizar que o presente credenciamento de planos odontológicos, bem como de clube de benefícios (projeto já implantado pelo Conselho),

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

pretendem igualmente funcionar como política pública de combate ao inadimplemento e a “fuga” de receitas deste Conselho.

2.1.5. Ainda que apresente baixos índices de inadimplência, é de suma importância a inovação em políticas de controle da qualidade do recebível do Crea-SC, visto que cada vez mais os serviços prestados pelo Conselho se tornam mais relevantes à sociedade em geral e, da mesma forma, a manutenção de uma fiscalização de qualidade depende da boa saúde financeira da entidade.

2.1.6. Posto isto, a disponibilização de plano odontológico aos profissionais e empregados do Crea-SC através de credenciamento almeja conscientizar e disseminar junto ao público alvo do Crea-SC uma espécie de “contraprestação” institucional da Administração àqueles que estiverem quites com suas obrigações legais.

2.1.7. Almeja-se, portanto, que seja formado e disponibilizado um conglomerado de bens e serviços comuns de mercado, com capilaridade em diversos seguimentos (vestuário; alimentação; viagens; cultura; educação; bens de consumo; planos de saúde, planos odontológicos, etc.) como medida de fomento à regularização fiscal, agregando valor ao vínculo dos profissionais com o Conselho e incentivando a adimplência, contribuindo para o bem-estar e a satisfação da classe profissional e dos colaboradores do Crea-SC.

2.1.8. Ante o exposto, trata-se de política pública que pretende, ao mesmo tempo, valorizar as categorias profissionais sob a égide do Sistema Confea/Crea e incentivar a regularização fiscal dos inadimplentes.

2.2. Será realizado Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado com vistas ao fornecimento de plano ou seguro odontológico aos profissionais regularmente inscritos no Crea-SC, bem como aos empregados do Conselho. Os credenciados serão “contratados” mediante processo de inexigibilidade de licitação.

2.3. O credenciamento ficará permanentemente aberto durante o prazo de publicação do Edital de Chamamento Público e será realizado por meio do Sistema Compras.gov.br. O Edital de Chamamento Público será divulgado e mantido à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como no site do Crea-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

2.4. O Edital de Chamamento Público observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.878/2024, assim como os ditames do RILC do Crea-SC.

2.5. O exame e o julgamento das propostas e dos documentos de habilitação ficarão a cargo da Superintendência do Crea-SC, conforme designação da Comissão de Contratação responsável pelo exame e julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no § 1º do artigo 5º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

2.6. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no site do Crea-SC.

2.7. Após divulgação da lista de credenciados, o Crea-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

2.7.1. As contratações do objeto do credenciamento podem ser formalizadas por instrumento contratual, sem exclusividade, inclusive sendo permitido que o termo de credenciamento substitua o instrumento contratual, desde que o termo de credenciamento o preveja expressamente.

2.9. Os Contratos/Termos de credenciamento decorrentes do credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

3. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A celebração de Contrato/Termo de credenciamento não assegura qualquer tipo de exclusividade entre as partes, podendo o Crea-SC credenciar, a seu critério, qualquer empresa, instituição ou entidade cadastrada nos termos do Chamamento Público.

3.2. O credenciamento não exige requisitos mínimos do plano/seguro a ser ofertado, salvo aqueles estipulados no Edital de Chamamento Público e neste Termo de Referência, cabendo ao ofertante apontar as características básicas da sua oferta. Como não cabe exclusividade ao credenciamento, os planos/seguros ofertados podem ser complementares, podendo o profissional/empregado contratar mais de uma empresa credenciada.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.2.1. O plano/seguro ofertado deverá dar direito, no mínimo, à cobertura dos procedimentos existentes no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar, atualizado e mantido pela ANS, nos termos da Lei nº 9.656/1998, além daqueles previstos no contrato de adesão respectivo.

3.3. O Crea-SC não se responsabilizará por nenhum pagamento ou insolvência de crédito de seus registrados/empregados junto à empresa credenciada. No caso de qualquer forma de inadimplemento por parte dos beneficiários do presente credenciamento, a credenciada deverá se utilizar dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus ou responsabilidade de intermediação ao Crea-SC.

3.4. O Edital de Chamamento Público poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

3.5. O Crea-SC poderá realizar o descredenciamento da empresa credenciada nas hipóteses previstas no artigo 23 do Decreto nº 11.878/2024.

3.6. As credenciadas, após convocação para assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, neste Termo de Referência e nas demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.7. É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

3.8. Dos beneficiários:

3.8.1. Os beneficiários serão os profissionais regularmente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea-SC e adimplentes com suas anuidades.

3.8.1.1. Cessará o direito aos benefícios ao profissional que cancelar ou suspender seu registro, ou que se tornar inadimplente.

3.8.2. Além dos profissionais regularmente inscritos no Crea-SC, serão também beneficiários os empregados do Conselho e seus respectivos dependentes.

3.8.2.1. Cessará o direito aos benefícios ao empregado que se desligar do Conselho ou que se tornar inadimplente.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.9. Dos resultados pretendidos:

3.9.1. Gestão e intermediação de negócios, assim entendida como aproximação de empresas conveniadas/parceiras com os profissionais/empregados aptos para recebê-las por meio de validação própria designada pelo Crea-SC;

3.9.2. Aumentar receitas a partir da adimplência;

3.9.3. Relacionamento mais próximo com o profissional motivado em conhecer o que Conselho pode lhe oferecer;

3.9.4. Aumentar a percepção dos profissionais registrados no Crea-SC de que o seu Conselho, além de atuar na missão principal de defesa da sociedade, também envia esforços para gerar benefícios aos profissionais regularmente registrados, buscando disponibilizar contrapartidas positivas aos seus profissionais;

3.9.5. Consolidação de um sistema de gestão eficiente no Conselho, não apenas no que diz respeito às atividades precípuas de registro e fiscalização, mas também fornecendo uma contrapartida institucional à comunidade profissional e seus colaboradores;

3.9.6. Fomento a novas tecnologias, também em harmonia com a política de inovação do Crea-SC, ao buscar novas ferramentas que ao mesmo tempo auxiliem no controle da adimplência do Crea-SC e forneçam contrapartidas institucionais aos profissionais legalmente habilitados;

3.9.7. Promover o bem-estar e a saúde das pessoas no ambiente de trabalho através de uma cultura de valorização humana;

3.9.8. Fomentar a gestão do conhecimento e a integração entre os profissionais, conselheiros, inspetores regionais e colaboradores.

3.10. Da abrangência:

3.10.1. A área geográfica do presente credenciamento será de abrangência nacional, compreendendo todo território nacional.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.10.2. A empresa credenciada deverá comprovar, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do seu efetivo credenciamento, possuir rede própria, credenciada, contratada ou referenciada de atendimento em todos os municípios onde se encontrem instaladas Inspetorias Regionais do Crea-SC, bem como, no mínimo, em 60% (sessenta por cento) dos municípios jurisdicionados de cada Inspetoria Regional do Crea-SC, conforme tabela abaixo:

INSPETORIA DE ARARANGUÁ
Balneário Arroio do Silva
Balneário Gaivota
Ermo
Jacinto Machado
Maracajá
Meleiro
Morro Grande
Passo de Torres
Praia Grande
Santa Rosa do Sul
São João do Sul
Sombrio
Timbé do Sul
Turvo
INSPETORIA DE BLUMENAU
Apiúna
Ascurra
Benedito Novo
Doutor Pedrinho
Indaial
Pomerode
Rio dos Cedros
Rodeio
Timbó
INSPETORIA DE BRUSQUE
Botuverá
Canelinha
Gaspar
Guabiruba
Ilhota
Major Gercino

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Nova Trento
São João Batista
Tijucas
INSPETORIA DE CAÇADOR
Calmon
Lebon Régis
Macieira
Matos Costa
Rio das Antas
Santa Cecília
Timbó Grande
INSPETORIA DE CANOINHAS
Bela Vista do Toldo
Irineópolis
Major Vieira
Monte Castelo
Papanduva
Porto União
Três Barras
INSPETORIA DE CHAPECÓ
Águas de Chapecó
Caxambu do Sul
Cordilheira Alta
Coronel Freitas
Guatambú
Nova Itaberaba
Planalto Alegre
São Carlos
INSPETORIA DE CONCÓRDIA
Alto Bela Vista
Arabutã
Arvoredo
Ipira
Ipumirim
Irani
Itá
Jaborá
Lindóia do Sul
Paial

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Peritiba
Piratuba
Presidente Castello Branco
Seara
Xavantina
INSPETORIA DE CRICIÚMA
Cocal do Sul
Forquilha
Içara
Lauro Müller
Morro da Fumaça
Nova Veneza
Orleans
Siderópolis
Treviso
Urussanga
INSPETORIA DE CURITIBANOS
Brunópolis
Frei Rogério
Monte Carlo
Ponte Alta
Ponte Alta do Norte
São Cristóvão do Sul
INSPETORIA DE FLORIANÓPOLIS
Águas Mornas
Angelina
Anitápolis
Antônio Carlos
Biguaçu
Governador Celso Ramos
Palhoça
Rancho Queimado
Santo Amaro da Imperatriz
São Bonifácio
São José
INSPETORIA DE ITAJAÍ
São Pedro de Alcântara
Balneário Camboriú
Balneário Piçarras

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Barra Velha
Bombinhas
Camboriú
Itapema
Luiz Alves
Navegantes
Penha
Porto Belo
São João do Itaperiú
INSPETORIA DE JARAGUÁ DO SUL
Corupá
Guaramirim
Massaranduba
Schroeder
INSPETORIA DE JOAÇABA
Água Doce
Campos Novos
Capinzal
Catanduvas
Celso Ramos
Erval Velho
Herval d'Oeste
Ibicaré
Lacerdópolis
Luzerna
Ouro
Treze Tílias
Vargem
Vargem Bonita
Zortéa
INSPETORIA DE JOINVILLE
Araquari
Balneário Barra do Sul
Garuva
Itapoá
São Francisco do Sul
INSPETORIA DE LAGES
Abdon Batista
Anita Garibaldi

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Bocaina do Sul
Campo Belo do Sul
Capão Alto
Cerro Negro
Correia Pinto
Otacílio Costa
Painel
Palmeira
São José do Cerrito
INSPETORIA DE RIO DO SUL
Agrolândia
Agronômica
Alfredo Wagner
Atalanta
Aurora
Braço do Trombudo
Chapadão do Lageado
Dona Emma
Ibirama
Imbuia
Ituporanga
José Boiteux
Laurentino
Leoberto Leal
Lontras
Mirim Doce
Petrolândia
Pouso Redondo
Presidente Getúlio
Presidente Nereu
Rio do Campo
Rio do Oeste
Salete
Santa Terezinha
Taió
Trombudo Central
Vidal Ramos
Vitor Meireles
Witmarsum

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

INSPETORIA DE RIO NEGRINHO
Campo Alegre
Itaiópolis
Mafra
São Bento do Sul
INSPETORIA DE SÃO JOAQUIM
Bom Jardim da Serra
Bom Retiro
Rio Rufino
Urubici
Urupema
INSPETORIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
Campo Erê
Coronel Martins
Formosa do Sul
Galvão
Irati
Jardinópolis
Jupia
Novo Horizonte
Quilombo
Saltinho
Santiago do Sul
São Bernardino
Serra Alta
Sul Brasil
União do Oeste
INSPETORIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Águas Frias
Anchieta
Bandeirante
Barra Bonita
Belmonte
Bom Jesus do Oeste
Caibi
Cunha Porã
Cunhataí
Descanso
Dionísio Cerqueira

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Flor do Sertão
Guaraciaba
Guarujá do Sul
Iporã do Oeste
Iraceminha
Itapiranga
Maravilha
Modelo
Mondaí
Nova Erechim
Palma Sola
Palmitos
Paraíso
Pinhalzinho
Princesa
Riqueza
Romelândia
Santa Helena
Santa Terezinha do Progresso
São João do Oeste
São José do Cedro
São Miguel da Boa Vista
Saudades
Tigrinhos
Tunápolis
INSPECTORIA DE TUBARÃO
Armazém
Braço do Norte
Capivari de Baixo
Garopaba
Grão-Pará
Gravatal
Imaruí
Imbituba
Jaguaruna
Laguna
Paulo Lopes
Pedras Grandes
Pescaria Brava

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Rio Fortuna
Sangão
Santa Rosa de Lima
São Ludgero
São Martinho
Treze de Maio
INSPETORIA DE VIDEIRA
Arroio Trinta
Fraiburgo
Ibiam
Iomerê
Pinheiro Preto
Salto Veloso
Tangará
INSPETORIA DE XANXERÊ
Abelardo Luz
Bom Jesus
Entre Rios
Faxinal dos Guedes
Ipuçu
Lajeado Grande
Marema
Ouro Verde
Passos Maia
Ponte Serrada
São Domingos
Vargeão
Xaxim

A proposta de credenciamento de 60% das cidades jurisdicionadas em cada Inspetoria do CREA-SC serve de ferramenta de fomento a extensão de rede credenciada. Busca-se com isso evitar que se credenciem postulantes com rede instalada apenas em grandes centros (como a capital e o litoral). Por ter jurisdição Estadual o CREA-SC busca parceiros que atendem aos profissionais e empregados na maior parte do Estado, tendo como base o modelo de Plano de Saúde Complementar (profissionais e empregados) já consolidado no Conselho que tem abrangência nacional inclusive.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.11. Das obrigações das empresas credenciadas:

- 3.11.1. Cumprir com o objeto, os prazos e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no Edital respectivo;
- 3.11.2. Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes;
- 3.11.3. Manter, durante a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, facultando-se ao Crea-SC o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição;
- 3.11.4. Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional do Crea-SC;
- 3.11.5. Não utilizar, em qualquer das suas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo;
- 3.11.6. Requerer prévia autorização e aprovação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do Crea-SC para a utilização do logotipo do Conselho em materiais de divulgação, sejam físicos ou eletrônicos;
- 3.11.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Crea-SC, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes;
- 3.11.8. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;
- 3.11.9. Fornecer logomarca em arquivo possível de ser aplicada em diferentes materiais, sem prejuízo à qualidade de resolução, para ser utilizada pelo Crea-SC em materiais de divulgação do credenciamento;
- 3.11.10. Observar e cumprir as normas de participação;
- 3.11.11. Manter os dados cadastrais atualizados junto ao Crea-SC;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 3.11.12. Apresentar, sempre que solicitada, documentos comprobatórios dos requisitos de habilitação constantes deste Termo de Referência e do Edital;
- 3.11.13. Oferecer os planos/seguros conforme detalhado na proposta de credenciamento aprovada, garantindo que os valores e condições sejam respeitados;
- 3.11.14. Manter atualizadas todas as informações sobre os produtos e serviços oferecidos, incluindo possíveis mudanças nas condições dos benefícios;
- 3.11.15. Assegurar que os produtos e serviços oferecidos aos beneficiários mantenham um padrão de qualidade elevado, conforme descrito na proposta;
- 3.11.16. Proporcionar um atendimento ao cliente eficiente e dedicado para os beneficiários, solucionando eventuais problemas de forma ágil e eficaz;
- 3.11.17. Disponibilizar informações claras e acessíveis sobre os planos/seguros, incluindo detalhes sobre como os beneficiários podem acessar e utilizar suas vantagens;
- 3.11.18. Manter um canal de comunicação aberto com o Crea-SC para resolver dúvidas, atualizar informações e garantir a continuidade dos benefícios;
- 3.11.19. Estar em conformidade com todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis ao seu setor de atuação, incluindo a manutenção de todas as licenças e autorizações necessárias para operar;
- 3.11.20. Enviar regularmente relatórios por demanda ao Crea-SC, detalhando o uso dos benefícios pelos beneficiários;
- 3.11.21. Enviar comunicado ao Crea-SC, no caso de quaisquer alterações nas condições oferecidas;
- 3.11.22. Coletar e considerar *feedback* dos beneficiários para melhorar continuamente os produtos e serviços oferecidos;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.11.23. Participar de revisões periódicas quando conduzidas pelo Crea-SC para avaliar a eficácia e a relevância dos planos/seguros oferecidos, ajustando-os conforme necessário para melhor atender às necessidades dos beneficiários;

3.11.24. Implementar melhorias sugeridas pelo Crea-SC ou identificadas através de *feedback* dos beneficiários para garantir a manutenção de um alto padrão de serviço;

3.11.25. Colaborar com o Crea-SC na divulgação dos planos/seguros aos beneficiários, utilizando os canais de comunicação recomendados pelo Conselho;

3.11.26. Promover os benefícios de maneira proativa para garantir que todos os potenciais beneficiários estejam cientes das vantagens disponíveis.

3.12. Das obrigações do Crea-SC:

3.12.1. Publicar e promover o Edital de Credenciamento em todos os canais de comunicação do Crea-SC, incluindo o site oficial, redes sociais, e-mails e boletins informativos, além das devidas publicações legais;

3.12.2. Receber, registrar e avaliar todas as propostas de credenciamento submetidas pelas empresas interessadas, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e neste Termo de Referência;

3.12.3. Designar uma Comissão de Contratação específica para a avaliação das propostas, conforme portaria interna, garantindo transparência e imparcialidade no processo, nos termos do disposto no § 1º do artigo 5º do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

3.12.4. Comunicar formalmente às empresas sobre a aprovação ou rejeição de suas propostas de credenciamento, fornecendo justificativas detalhadas quando necessário;

3.12.5. Manter transparência em todas as etapas do processo de credenciamento e na comunicação com beneficiários e com as empresas credenciadas;

3.12.6. Garantir que todas as ações e processos estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo a legislação pertinente;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.12.7. Garantir a aplicabilidade e observância da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assegurando que todas as informações pessoais das empresas credenciadas sejam tratadas com confidencialidade e segurança;

3.12.8. Implementar políticas e práticas de proteção de dados que estejam em conformidade com a LGPD, garantindo que os dados coletados sejam utilizados apenas para os fins especificados e com o consentimento dos envolvidos;

3.12.9. Utilizar a marca, nome e imagem da credenciada única e exclusivamente para finalidade do Contrato/Termo a ser firmado;

3.12.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas credenciadas;

3.12.11. Manter os beneficiários informados sobre os planos/seguros disponíveis, incluindo detalhes sobre as empresas credenciadas e os tipos de condições oferecidas;

3.12.12. Manter um canal de comunicação aberto com as empresas credenciadas para solucionar dúvidas, receber atualizações e garantir a qualidade dos benefícios oferecidos;

3.12.13. Acompanhar e monitorar continuamente a qualidade e a conformidade dos planos/seguros oferecidos pelas empresas credenciadas, assegurando que os benefícios sejam mantidos conforme acordado;

3.12.14. Realizar revisões periódicas dos benefícios e das empresas credenciadas, com base em *feedback* dos beneficiários e nas observações do gestor e do fiscal do Crea-SC, para garantir a relevância e a satisfação dos beneficiários;

3.12.15. Disponibilizar suporte aos beneficiários para esclarecer dúvidas e resolver problemas relacionados ao uso dos planos/seguros oferecidos pelas empresas credenciadas;

3.12.16. Implementar mecanismos para coletar *feedback* dos beneficiários sobre os benefícios recebidos e a performance das empresas credenciadas;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.12.17. Quaisquer ações do Crea-SC que extrapolem as suas obrigações previstas neste Termo e no Edital constituem mera liberalidade da Autarquia, não implicando no estabelecimento de novas obrigações.

3.13. Das obrigações dos beneficiários:

3.13.1. Conferir regularmente as informações sobre os benefícios disponíveis, incluindo os detalhes das ofertas e condições de uso. É obrigação dos beneficiários se manter atualizado sobre as novas parcerias e as eventuais alterações nas condições dos benefícios;

3.13.2. Utilizar os benefícios exclusivamente para uso pessoal, conforme os termos estabelecidos pelo Edital e por este Termo de Referência. É obrigação dos beneficiários evitar o uso dos benefícios para fins comerciais ou de revenda;

3.13.3. Seguir as condições de uso especificadas por cada empresa parceira ao utilizar os benefícios. É obrigação dos beneficiários apresentar os documentos necessários, como identificação profissional ou comprovante de vínculo com o Crea-SC, quando requisitado pela empresa credenciada;

3.13.4. Reportar quaisquer problemas ou insatisfações relacionadas ao uso dos benefícios. É obrigação dos beneficiários fornecer *feedback* ao Crea-SC sobre a qualidade dos serviços e produtos recebidos, ajudando a monitorar e melhorar o credenciamento;

3.13.5. Utilizar os benefícios de forma ética e responsável, respeitando as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Crea-SC e pelas empresas credenciadas. É obrigação dos beneficiários não compartilhar os benefícios com pessoas não autorizadas e não tentar obter vantagens indevidas através dos mesmos;

3.13.6. Manter atualizados os dados pessoais e de contato junto ao Crea-SC e empresas credenciadas. É obrigação dos beneficiários informar prontamente qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone para garantir a recepção das comunicações relacionadas ao credenciamento;

3.13.7. Estar em dia com as obrigações financeiras e regulamentares junto ao Crea-SC. É obrigação dos beneficiários regularizar qualquer pendência para garantir o acesso contínuo aos

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

benefícios, uma vez que a oferta dos planos/seguros não é um requisito essencial para a execução das atividades da profissão;

3.13.8. Realizar todos os pagamentos e cumprir com todas as obrigações assumidas perante as empresas credenciadas, não tendo o Crea-SC qualquer responsabilidade pelo adimplemento dos serviços utilizados.

3.14. Dos critérios de sustentabilidade e requisitos ambientais:

3.14.1. As empresas credenciadas deverão observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, *in verbis*:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

3.14.2. As credenciadas deverão observar as normativas do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

3.15. Da entrega dos planos/seguros:

3.15.1. As empresas credenciadas deverão disponibilizar os planos/seguros conforme descrito em suas propostas, garantindo a acessibilidade e transparência das condições ofertadas aos beneficiários.

3.15.2. As empresas deverão manter atualizadas as informações sobre os planos/seguros oferecidos, incluindo eventuais mudanças nas condições ou na disponibilidade dos produtos e serviços.

3.15.3. As empresas credenciadas devem colaborar com o Crea-SC para a comunicação e divulgação dos benefícios aos beneficiários, utilizando os canais de comunicação disponibilizados pelo Conselho, bem como seus próprios canais.

3.16. Dos critérios de aceitação dos planos/seguros:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.16.1. As propostas e planos/seguros oferecidos pelas empresas devem estar em total conformidade com os critérios e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público.

3.16.2. Os planos/seguros devem ser de qualidade comprovada e relevantes para os beneficiários, proporcionando vantagens reais e significativas.

3.16.3. Os planos/seguros ofertados devem ser facilmente acessíveis e utilizáveis pelos beneficiários, sem burocracia excessiva ou obstáculos desnecessários.

3.16.4. As empresas credenciadas devem estar em dia com todas as suas obrigações legais e regulamentares, garantindo a legalidade das operações e dos planos/seguros ofertados.

3.16.5. A aceitação dos benefícios será monitorada pela satisfação dos beneficiários, com mecanismos de *feedback* e avaliação contínua para assegurar a qualidade e a adequação das ofertas.

3.16.6. Os benefícios e as empresas credenciadas serão revisados periodicamente pelo gestor e pelo fiscal do Crea-SC, garantindo a continuidade da qualidade e a relevância das ofertas aos beneficiários.

4. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor de cada contratação será obtido por meio das inscrições e ofertas dos interessados no processo de Chamamento Público.

4.2. O modelo adotado neste credenciamento não corresponde a uma disputa para seleção de um único fornecedor com preços tabelados. Trata-se, na realidade, de um benefício a ser disponibilizado diretamente aos profissionais e empregados do Conselho, sem qualquer participação financeira ou operacional do credenciante. Nesse formato, todos os interessados que atenderem às condições estabelecidas estarão aptos a ofertar seus serviços diretamente ao público-alvo deste processo.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Não haverá fixação de preços a ser obedecida pelos credenciados, uma vez que se busca a configuração de um mercado dinâmico (fluido), no qual os prestadores aptos oferecerão suas condições com base na livre concorrência. A decisão pela contratação caberá exclusivamente aos profissionais e empregados interessados, que poderão optar pela proposta que melhor atender às suas necessidades. O CREA-SC atuará apenas como um facilitador, servindo como um hub de conexão entre os fornecedores e os potenciais contratantes.

4.3. O presente credenciamento não gera dispêndios financeiros ao Crea-SC. Portanto, não se aplicam no presente caso critérios de medição e de pagamento e necessidade de adequação orçamentária.

5. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Poderão participar do processo de Chamamento Público as empresas consideradas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, na forma da Lei nº 9.656/1998, assim entendidas as pessoas jurídicas constituídas sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que operem produto, serviço ou contrato de que trata o inciso I e o § 1º do artigo 1º da referida Lei.

5.2. Incluem-se na abrangência do conceito acima (item 5.1) as cooperativas que operem os produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.656/1998, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração.

5.3. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e apresentar requerimento de participação (Formulário de Requerimento de Credenciamento) com a indicação de sua intenção de se credenciar para a oferta do objeto deste Termo de Referência.

5.4. É vedada a participação no processo de credenciamento:

5.4.1. de pessoa física;

5.4.2. de pessoa jurídica que:

5.4.2.1. esteja impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.4.2.2. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-SC ou com agente público que desempenhe função no processo de credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato/Termo, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.5. A observância das vedações do subitem acima é de inteira responsabilidade da empresa participante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

5.6. Antes da análise da proposta e da habilitação, a Comissão de Contratação verificará se as interessadas atendem às condições de credenciamento, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.7. Os seguintes documentos de habilitação deverão ser apresentados em conjunto com a proposta - Formulário de Requerimento de Credenciamento:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no CPF da pessoa que representará a empresa em eventual contratação. Obs.: Caso a representação se dê através de procuração, necessário envio de cópia do instrumento procuratório;
- g) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- h) Comprovante de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- i) Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- k) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do proponente;
- l) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipal), do domicílio ou sede do proponente;
- m) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- n) Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos do artigo 8º da Lei nº 9.656/1998;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

o) Registro no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina – CRO/SC, nos termos do inciso I do artigo 8º da Lei nº 9.656/1998, bem como conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ no REsp nº 2.099.521.

5.8. No caso de cooperativas, deverão ser apresentados, ainda:

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

d) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato e a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

e) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

f) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.8.1. Para fins deste Termo de Referência, entende-se por cooperativa as sociedades de pessoas sem fins lucrativos, constituídas conforme o disposto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que operam Planos Privados de Assistência à Saúde e/ou Planos Odontológicos.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.8.2. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste credenciamento quando:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto credenciado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto deste credenciamento se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.9. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua emissão.

5.10. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

5.11. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às exigências de habilitação acima. Em caso de diligência e apresentação de documentação que saneie a situação no prazo determinado pelo Crea-SC, esta será avaliada e o credenciamento reanalisado.

5.12. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.13. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

5.15. A inscrição da empresa interessada para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

5.16. A empresa interessada que atender aos requisitos de habilitação previstos no Edital e neste Termo de Referência será credenciada pelo Crea-SC, com a possibilidade de, no interesse do Conselho, ser convocada para executar o objeto.

5.17. Quando convocada para execução do objeto, a credenciada deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital e neste Termo de Referência para fins de assinatura de Contrato ou outro instrumento hábil.

6. DO MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

6.1. Os colaboradores abaixo serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, do Edital respectivo e do Contrato/Termo:

- a) **Gestor:** Rhuan Bittencourt – Assessor Especial de Inovação – Matrícula nº 491;
- b) **Fiscal Técnico e Administrativo:** Ivan Gabriel Coutinho – Assessor de Planejamento e Gestão - Matrícula nº 359.

6.1.1. Entende-se por gestão do Contrato/Termo a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho – Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer – Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.1.2. Entende-se por fiscalização técnica do Contrato/Termo o seu acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes credenciados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no Edital e no Contrato/Termo, conforme o resultado pretendido pelo Crea-SC.

6.1.3. Entende-se por fiscalização administrativa do Contrato/Termo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do Contrato/Termo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

6.2. A credenciada deverá indicar um representante para representá-la perante o Crea-SC na execução do credenciamento.

6.3. O fiscal e o gestor acompanharão o cumprimento das obrigações das partes, de acordo com as exigências deste Termo de Referência e do Edital respectivo, bem como do Contrato/Termo decorrente e do RILC do Crea-SC.

6.4. O Contrato/Termo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.878/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.5. O fiscal e o gestor poderão convocar a credenciada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. O fiscal do Contrato/Termo acompanhará a execução do credenciamento, para que sejam cumpridas todas as condições neles estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para os beneficiários e, indiretamente, para o próprio Crea-SC.

6.7. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato/Termo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade na execução do Contrato/Termo, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal informará ao gestor imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. O fiscal deverá comunicar à unidade responsável, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato/Termo sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.11. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do Contrato/Termo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato/Termo para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, nem implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.13. A comunicação entre todas as partes (credenciada, gestor, fiscal, etc.) deverá seguir as regras e demais ditames do artigo 14 do RILC do Crea-SC.

6.14. Aplicam-se ao fiscal e ao gestor do Contrato/Termo as disposições do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, em especial:

6.14.1. Gestor de contrato:

6.14.1.1. Caberá ao gestor do Contrato/Termo, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelo fiscal do Contrato/Termo das ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da credenciada;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do Contrato/Termo, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato/Termo para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos cabíveis;
- f) elaborar o relatório final com as informações obtidas durante a execução do Contrato/Termo;
- g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal do Contrato/Termo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela credenciada, com menção ao seu desempenho na execução do Contrato/Termo, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento; e
- h) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.14.2. Fiscalização técnica:

6.14.2.1. Caberá à fiscalização técnica do Contrato/Termo, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do Contrato/Termo com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do Contrato/Termo todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 às 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 às 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 às 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- d) informar ao gestor do Contrato/Termo, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do Contrato/Termo quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a sua execução nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do Contrato/Termo para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração e para os beneficiários;
- g) comunicar ao gestor do Contrato/Termo, em tempo hábil, o término da vigência do Contrato/Termo sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual; e
- h) auxiliar o gestor do Contrato/Termo com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela credenciada.

6.14.3. Fiscalização administrativa:

6.14.3.1. Caberá à fiscalização administrativa do Contrato/Termo, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do Contrato/Termo, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao do Contrato/Termo e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da credenciada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do Contrato/Termo para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; e
- d) auxiliar o gestor do Contrato/Termo com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela credenciada.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.15. Além do disposto acima, caberá ao gestor e ao fiscal do Contrato/Termo:

- a) organizar e manter atualizadas todas as informações sobre as empresas credenciadas e os benefícios oferecidos;
- b) monitorar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato/Termo, pelas empresas credenciadas, garantindo que os benefícios e vantagens sejam efetivamente disponibilizados aos beneficiários;
- c) supervisionar os prazos de credenciamento, assegurando que as revisões periódicas sejam realizadas conforme cronograma a ser estabelecido;
- d) realizar a manutenção contínua do credenciamento, incluindo a atualização dos planos/seguros e a resolução de quaisquer problemas relatados pelos beneficiários ou parceiros;
- e) reunirem-se periodicamente para revisar o *status* do credenciamento, discutir qualquer questão pendente e planejar ações de melhoria;
- f) gerar relatórios de desempenho periódicos para avaliar a eficácia dos planos/seguros oferecidos e o nível de satisfação dos beneficiários;
- g) realizar avaliação periódica para garantir que todos os processos relacionados ao credenciamento estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas;
- h) implementar mecanismos para coletar *feedback* dos beneficiários, permitindo ajustes e melhorias contínuas no credenciamento;
- i) manter uma comunicação ativa com as empresas credenciadas para resolver rapidamente quaisquer questões e garantir a continuidade dos benefícios.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a credenciada que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas à credenciada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando a credenciada der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- iv) Descredenciamento, aplicado em casos graves, como perda das condições de habilitação da credenciada; descumprimento injustificado do Contrato/Termo pela credenciada; e sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

7.2.1. Desconsidera-se a aplicação de multa ou qualquer outra sanção pecuniária, considerando o descredenciamento a sanção máxima e irrevogável.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.2.2. A empresa descredenciada ficará proibida de oferecer novos benefícios até que todas as irregularidades sejam sanadas e um novo processo de credenciamento seja aprovado pelo Crea-SC.

7.2.3. Serão aplicadas à credenciada que incorrer nas infrações abaixo descritas as seguintes sanções:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Deixar de atualizar junto ao Crea-SC dados cadastrais tais como razão social, endereço, responsável técnico, e-mails, telefones, dentre outros dados, além de informações relativas às especialidades atendidas e corpo clínico executante dos serviços.	Advertência
Deixar de atender aos beneficiários do Crea-SC, nas especialidades credenciadas, de forma injustificada, durante a vigência do credenciamento.	Advertência
Deixar de observar alguma das condições de credenciamento ou de restabelecê-las no prazo concedido pelo Crea-SC.	Advertência
Deixar de cumprir com as obrigações definidas no Termo de Referência, no Edital ou no Contrato/Termo, desde que não justifique a aplicação de penalidade mais grave.	Advertência
Cobrar por serviços não executados ou executados irregularmente.	Impedimento de licitar e contratar e descredenciamento
Reincidir na prática de condutas já punidas com advertência.	Impedimento de licitar e contratar e descredenciamento
Atender aos beneficiários do Crea-SC de forma comprovadamente discriminatória e prejudicial.	Impedimento de licitar e contratar e descredenciamento
Subcontratar serviços, no todo ou em parte, de profissional que não seja integrante do corpo clínico da credenciada autorizado pelo Crea-SC.	Impedimento de licitar e contratar e descredenciamento

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Ceder ou transferir a execução dos serviços objeto deste credenciamento.	Declaração de inidoneidade e descredenciamento
Reincidir na prática de condutas já punidas com impedimento de licitar e contratar e descredenciamento.	Declaração de inidoneidade e descredenciamento
Agir comprovadamente com má-fé, culpa ou dolo, causando prejuízos ao Crea-SC ou aos beneficiários do credenciamento.	Declaração de inidoneidade e descredenciamento

7.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à credenciada, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, bem como no RILC do Crea-SC, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

7.11. A personalidade jurídica da credenciada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato/Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a credenciada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

7.12. O Crea-SC deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA RESCISÃO

8.1. As partes poderão rescindir o Contrato/Termo, a qualquer tempo, mediante notificação prévia à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que seja possível informar publicamente os beneficiários.

8.2. O Contrato/Termo também poderá ser rescindido, por exclusivo critério do Crea-SC, caso se verifique qualquer das hipóteses relacionadas abaixo:

- a) Falência ou insolvência da credenciada;
- b) Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações da credenciada;
- c) Denegação ou supressão das vantagens outorgadas aos usuários do credenciamento sem justa causa;
- d) Alteração da razão social ou modificação da finalidade ou de estrutura da credenciada, que prejudique ou impossibilite o oferecimento das vantagens ora estabelecidas; e
- e) Descumprimento de qualquer cláusula contida no presente Termo de Referência, neste Edital e no Contrato/Termo.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 às 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 às 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 às 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As empresas participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do credenciamento, decorrente deste Termo de Referência.

9.2. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 3331-2006, pelo e-mail gabriel@crea-sc.org.br ou pelo site <https://portal.crea-sc.org.br/novas-licitacoes/licitacao-2025/>, onde também será publicado o Edital de Chamamento Público e demais informações acerca do andamento do presente credenciamento.

9.3. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação do Formulário de Requerimento de Credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de Chamamento Público respectivo.

9.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC do Crea-SC, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência do Crea-SC, em conformidade com a legislação específica, e submetido à consideração e à aprovação da Presidência do Crea-SC.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

22/04/2025 as 14:47:44 por Ivan Gabriel Coutinho Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Presidência, Matrícula: 359.

22/04/2025 as 14:49:32 por Flavio Schafer Superintendente, Matrícula: 599.

22/04/2025 as 16:01:04 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.